



Falanda D'Hereita

Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos
Margarida Maria Alves

Ano 17 - nº48 - Maio, Junho e Julho de 2019



25

anos de

MARGARIDAS



Pétalas de Histórias

Em 08 de julho de 1994 foi criada a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, entidade sem fins lucrativos sucessora do antigo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. Fundada pelo Arcebispo da época Dom José Maria Pires, a entidade ampliou suas atividades além de sua função inicial de prestação de assessoria jurídica a movimentos sociais e a questão da moradia e solo urbano na cidade de João Pessoa.

Neste um quarto de século, a Fundação já trabalhou com projetos ligados a regularização fundiária, educação popular, acesso ao direito, saúde, meio ambiente, gênero, entre outras, buscando sempre melhorar as condições de

vida dos/as paraibanos/as. Além disso, atua em Fóruns, Comitês e Conselhos de diversas temáticas como Reforma Urbana; Tráfico e Desaparecimento de Pessoas; Comunicação e Direitos Humanos.

Segundo Socorro Praxedes, Presidenta, quando Dom José expressou o desejo de fazer uma homenagem a líder sindical Margarida Maria Alves foi uma honra para toda a equipe, pois, apesar de não ter nenhum vínculo com a família da homenageada, partido político ou grupo ao qual ela participava, se viu nela uma justa homenagem.

"Um dos objetivos da Fundação é atuar na defesa e promoção dos direitos humanos, da qual Margarida Maria Alves foi um exemplo. Contudo, deixo claro, a escolha de seu nome



Dom José Maria Pires

não tem servido de 'bengala' para o sucesso que tem alcançado a instituição, mas, sim, luta, competência, seriedade, ética e amor. Por essa razão, a Fundação consegue sobreviver aos desafios diários que toda e qualquer outra organização encontra", destaca.

Ela segue destacando a colaboração não só da equipe da entidade, mas,

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Telefone: 3221-3014. E-mail: fundacaomargaridaalves.org.br.

Site: fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br

Jornalista responsável: Marcelo Soares (DRT 2612 /PB) - Fotos: arquivo da entidade

Tiragem: 1000 exemplares - Apoio: Misereor - Impressão: Gráfica JB

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na
Conta: 122749-1, Agência: 0435-9, Banco Bradesco.



também, de seus colaboradores.

"Graças a sua equipe técnica, colaboradores e amigos, que não medem esforços, é que a Fundação vem conseguindo preparar lideranças através de cursos e ações pedagógicas, sendo este, um dos objetivos mais importantes para que a defesa e promoção dos Direitos Humanos sejam respeitadas em cada comunidade. O acesso à justiça é uma luta incansável nossa na formação de lideranças populares, preparando esse público como multiplicadores de conhecimentos nas suas comunidades e grupos que representam", aponta.

Marcelo Soares, assessor de comunicação da entidade, aponta os caminhos que a Fundação passou ao longo desse tempo em sua atuação.

"Nos primeiros anos de existência permanecemos atuando dentro dos eixos de ação do Centro de Defesa, prestando apoio e assessoria jurídica com o balcão de serviços para o atendimento aos casos de violação de direitos. Com o tempo, essa prática foi se restringindo e começou-se a encaminhar os casos para os serviços públicos competentes, assim, vimos a necessidade de repensar nossa atuação e projetos", explica.

Em 2000, foi realizada uma avaliação institucional



Sessão de criação da Fundação Margarida Alves na Associação Paraibana de Imprensa - 1994

que apontou a necessidade de um projeto institucional que possibilitou a completa transição de um serviço pastoral para uma organização da sociedade civil autônoma.

"Em 1999 iniciamos uma experiência de Capacitação Legal desenvolvendo o Curso de Formação de Juristas Populares, existente até hoje em dia. Nesse período também que começou o Programa para Estagiários do Curso de Direito, visando sensibilizá-los para a temática dos Direitos Humanos e da cidadania, assim como contribuir com uma formação mais plural desses estudantes", aponta Marcelo.

Assim, foi criado o projeto "Instrumentos Legais para uma Ação Cidadã" que priorizava os grupos organizados de mulheres, moradia/solo urbano, crianças e adolescentes de comunidades empobrecidas, além de sua intervenção na

proposição e fiscalização de políticas públicas.

Todas as ações da Fundação Margarida Maria Alves ao longo desses anos sempre foram pautadas na sua missão de fortalecer e difundir uma cultura de respeito aos direitos humanos na perspectiva dos movimentos populares e da justiça social.

"Acreditamos que a formação sociopolítica seja um instrumento fundamental de transformação social, por isso, buscamos sempre por parcerias estratégicas e, juntamente com a participação popular, tornar possível transformações sociais amplas e profundas e construir uma sociedade mais inclusiva, acessível, sustentável e equilibrada. Os anos colaborando com a Fundação têm sido de aprendizado, descobertas e inspiração", destaca Marcelo.

Continua na página 05.

Galeria de lembranças





Primeira Ciranda de Direitos - 2013

Como comemoração nunca é demais, nesse mês de julho além dos 25 anos de nossa Fundação, temos a felicidade de mais uma data festiva que são os 20 anos do nosso Curso de Formação de Juristas Populares. Criado com o objetivo de levar noções de direito e cidadania para diversas entidades, movimentos sociais e lideranças populares da Paraíba, o curso pode ver ao longo dessas duas décadas os formados multiplicando esse conhecimento e ajudando suas comunidades e causas.

Em 2018, a formação ganhou uma publicação com um resgate histórico e da metodologia aplicada destacando as experiências vivenciadas e importância da

atividade tanto para os Juristas Populares quanto para os facilitadores, colaboradores e convidados que já passaram pela sala de aula do Curso.

Fernanda Franco, ex-coordenadora do Curso, aponta a importância de um espaço para levar o direito para aqueles que não têm acesso. “O desafio de trabalhar o direito em outro ambiente que não o tradicional espaço das instituições do Sistema de Justiça me soava renovador e necessário, já que, historicamente, o direito se configura como um saber elitizado e encastelado nas universidades e nas instituições, normalmente distantes dos grupos e das comunidades que seriam o

público do curso”, afirma.

Candida Magalhães, também ex-coordenadora, aponta que “a formação jurídica na perspectiva dos setores populares constitui instrumento poderoso de luta no enfrentamento às violações e reparação dos direitos humanos. As reflexões produzidas no Curso de Formação de Juristas Populares contribuem para a ampliação do espaço público democrático e articulação das lutas sociais pela cidadania”.

Izabella Chaves, ex-coordenadora, destaca que o tempo em que passou a frente do Curso foram de ensinamentos também para ela. “Ouso dizer que foi minha nova e mais

importante formação jurídica e, sobretudo, de vida. Com eles e elas, lideranças populares, gente que vive a luta pelo direito e não apenas a propaga, fechei o ciclo que



começou com as primeiras palavras ouvidas na sala de aula do curso de Direito da UFPB e nas primeiras leituras dos livros de Doutrina e inúmeras legislações”.

A concepção que a Fundação Margarida Maria Alves vem desenvolvendo sobre a educação jurídico-popular ou capacitação legal, não é nova. Ela é baseada em várias experiências implementadas tanto no Brasil, a exemplo das Promotoras Legais Populares, Promotoras Populares (João Pessoa/Ong 8 de março); Juristas Leigos (AATR/Bahia) e também fora do Brasil.

Ao longo desses anos, foram formados 363 cursistas de 20 municípios da Paraíba, realizados Encontros Nacionais, Regionais e Estaduais tanto de Experiências em Educação Jurídico-Popular quanto com os Juristas Populares, o último ocorrido, inclusive, em



maio deste ano e discutiu o cenário político-social atual e busca a troca de experiências de ações realizadas pelos participantes em suas entidades e comunidades.

Nesse tempo, também aconteceu a construção da Rede de Juristas Populares, em 2003, como um espaço de articulação para se acompanhar a intervenção dos/as Juristas nos movimentos populares, além de atualização de conteúdo jurídico-social e apoio às necessidades e dificuldades apresentadas.

Diversas também foram as ações surgidas a partir do Curso, como encaminhamento e acompanhamento de denúncias; participação significativa de Juristas Populares no processo de implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Santa Rita/PB; conquista da gratuidade e lugares destinados para as pessoas idosas nos coletivos de Bayeux/PB, assim como

redução da passagem dos coletivos de Tibiri, Santa Rita; atividades de Educação Ambiental nas Escolas Municipal e Estadual e conquista de coleta regular de lixo em Forte Velho, Santa Rita/PB; além de conquistas pessoais dos cursistas como incentivo a retorno aos estudos acadêmicos, com vários terminando graduação após fazerem o Curso, alguns que se tornaram Conselheiros Tutelares nos municípios de Bayeux e João



Pessoa, e participação ativa dos Juristas Populares na criação e coordenação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR) em Santa

Rita.

É com toda essa experiência, dedicação e amor ao que faz, que a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves chega a um quarto de século com disposição e força para a luta por mais 25, 50 e quantos anos forem possíveis, pois, seguindo a máxima de nossa homenageada, da luta não fugimos!

Fotos (cima para baixo):
Fernanda Franco, Izabella Chaves, Candida Magalhães